

**DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL**

c) a citação pessoal dos confrontantes, quais sejam, Hélio Gonçalves e/ou a Sra. Keila Aparecida Modesto residente na Rua Ana Paula Lanzani, n. 157, Harry Amorim Costa; e Sr. João de Deus Nogueira e/ou Francisco Luiz Serafim, residente na Rua Cleber Eduardo do Carmo, nº. 137, Harry Amorim Costa, ambos residentes nesta cidade, bem como, seus respectivos cônjuges, se casados forem, devendo serem citados pessoalmente, também, eventuais possuidores e seus cônjuges, nos termos da Súmula 263 do STF, para que querendo, se oponham ao pedido;

d) a intimação por via postal, da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, para que manifestem interesse na causa, atendendo ao que dispõe o art. 943 do CPC;

e) a intimação do ilustre representante do Ministério Público Estadual;

f) seja julgado procedente o presente pedido, declarando-se, por sentença, o domínio dos autores sobre o imóvel *usucapiendo*, devidamente especificado, nos termos do art. 1.238 do Código Civil, parágrafo único, ou alternativamente, nos termos do art. 1.238 *caput* da legislação civil, expedindo-se mandado para transcrição no registro de imóveis e condenando-se os réus ao pagamento de verba honorária a ser arbitrada por V. Exa., em favor da Defensoria Pública do Estado e depositado, nos termos do art. 205, da Lei Complementar Estadual n. 51 de 30/08/90, no Fundo Especial para Desenvolvimento das Atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Defensoria Pública – FUNADEP, conta corrente n. 116.778-2, Agência n. 2576-3, do Banco do Brasil S/A ;

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito, mormente documental, pericial, depoimento pessoal e testemunhal, referente a qual, segue o respectivo rol.